

Entrevista: Jean-Marc Larrue

O pensamento intermidial e a ideia de mídia

Luciene Guimarães

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) | São João del-Rei | MG | BR

(Promel/Capes)

guimalucienne@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7854-9560>

Miriam de Paiva Vieira

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) | São João del-Rei | MG | BR

miriamvieira@ufs.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-9851-0217>

Jean-Marc Larrue, professor canadense da Université de Montréal, é um dos pesquisadores pioneiros dos estudos da intermidialidade no Canadá, tendo dirigido o Centre de recherches sur les arts, les lettres et les techniques (CRLat), o primeiro centro de pesquisa de estudos sobre a intermidialidade.¹ Sua expertise se concentra na intermidialidade, performatividade e teatralidade, sendo membro de vários centros e grupos canadenses de pesquisa sobre mídias, artes e tecnologia, como Chaire de recherche du Canada sur les écritures numériques e do Groupe de Recherche sur l'Avènement et la Formation des Institutions Cinématographique et Scénique (GRAFICS). Larrue tem se interessado, por exemplo, em como o advento da eletricidade (final do século XIX) e da tecnologia digital (final do século XX) transformou profundamente as práticas teatrais.

Autor de vários artigos e livros sobre os estudos intermidiais, uma de suas publicações mais recentes, intitulada *Media do not exist: Performativity and Mediating Conjunctures*, em coautoria com Marcello Vitali-Rosati, reflete sobre a trajetória dos estudos sobre a intermidialidade desde o seu surgimento até os dias atuais, com o advento da cultura digital. No livro, uma nova acepção do termo “mídia” é sugerida, levando em conta a dinâmica do processo midiático. Nesse sentido, segundo Larrue, podemos distinguir dois grandes períodos da teoria da intermidialidade. O primeiro, midiático, centrado no conceito de mídia, e o segundo, pós-midiático, tendo em conta a dinâmica da cultura digital e que perturba o primeiro.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) (processo número: 88887.808000/2023-00) e pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (número de processo: 309678/2021-8).



Conforme destacado no volume Media do not exist: Performativity and mediating conjunctures, em colaboração com Marcello Vitali-Rosati, do ponto de vista teórico, não há consenso sobre a noção de intermedialidade. Isso se deve ao próprio conceito de mídia? No período pré-midiático, como você observa, a mídia é concebida como uma “mônada”, que sofre mudanças conceituais nos períodos midiático e pós-midiático. Daí a ideia de que o termo “mídia” não existe?

Efetivamente, mesmo quase quarenta anos após o surgimento do pensamento intermedial e vinte anos após a publicação de alguns dos seus textos fundadores, não há consenso sobre uma definição clara de intermedialidade. Na realidade, isto não surpreende, pois não se trata aqui de elementos estáveis e isoláveis, claramente identificados, mas de dinâmicas que, aliás, se cruzam, se atravessam ou se transformam, desaparecem. A nossa forma de pensar e dizer as coisas não nos permite dar conta dessa fluidez e dos constantes movimentos e transformações. As palavras agem um pouco como imagens congeladas [freeze-frame] focam num elemento específico, enquanto que o que há é movimento e tudo está inter-relacionado.

Karen Barad, recorrendo ao pensamento quântico, apresenta a noção de intra-ação que, de fato, tem muita ressonância com a nossa concepção de intermedialidade. Dito isto, lendo os trabalhos cada vez mais numerosos e variados sobre os fenômenos e dinâmicas que hoje aparecem, volto a uma distinção que estabelecia há cerca de quinze anos, entre o que chamava de intermedialidade midiática e intermedialidade pós-midiática.

A primeira, que está realmente ligada ao próprio contexto em que nasceu o pensamento intermedial (principalmente, o campo dos estudos midiáticos e cinematográficos), diz respeito às relações entre as mídias, por exemplo entre o cinema e o teatro ou o romance. Esta acepção do termo é prática, mas, como salientava Schröeter, ela nos leva a pensar que as mídias precedem à intermedialidade quando sabemos que é o oposto, é a intermedialidade que produz mídias. Aliás, esta definição de intermedialidade permanece profundamente tecnocêntrica e, historicamente, ela é muito centrada na questão do dispositivo. Quanto à intermedialidade pós-midiática, vejo-a como uma etapa subsequente e decisiva da intermedialidade que não exclui a anterior, mas lhe acrescenta. Com isto, quero dizer que o estudo das relações entre as mídias permanece importante e necessário, mas há uma outra coisa. A intermedialidade pós-midiática nasceu de uma observação e de pelo menos dois avanços no pensamento intermedial. A observação é que somos incapazes de definir a mídia. Existem múltiplas definições que especificam mais o que a mídia faz do que o que ela é. E quanto mais tentamos ser precisos, mais somos obrigados a multiplicar termos e atomizar o conceito. Lars Elleström fala de “mídia técnica de exposição”, “mídia básica”, “mídia qualificada”, “submídia qualificada”. Poderíamos ampliar a lista, mas é evidente que esta incapacidade de dizer não milita a favor do conceito que, em última análise, não é muito prático.

Quanto ao primeiro avanço que mencionei, é ao trabalho de Bolter e Grusin e a este conceito emblemático que é a mediação. Este conceito amplia consideravelmente o espectro das dinâmicas intermediais uma vez que inclui praticamente qualquer empréstimo de uma mídia para outra, desde processos tecnológicos a valores morais, de infraestruturas a sensibilidades estéticas, hábitos etc. É claro que a mediação, tal como concebida pelos nossos dois colegas estadunidenses, continua a ser um conceito bastante simplista que se baseia numa concepção clássica da mídia, vista como uma entidade estável e relativamente

autônoma. Na verdade, nada é fixo e o que é re-midiado² é por sua vez transformado, até mesmo remediado, às vezes rejeitado etc. Tenho, em mente, o exemplo dos primórdios do rádio na década de 1920. O rádio tomou muito emprestado do teatro, “remediou-o” de múltiplas maneiras, retomando, por sua conta e maneira, o conceito de *live*, adotando peças, do palco ao estúdio, contratando artistas de teatro para falar ao microfone. Tudo isso se inscreve na lógica da remediação. Mas muito rapidamente, estes “empréstimos” foram modificados e adaptados. Pediram aos artistas que mudassem a maneira de falar porque a voz teatral não fica bem no microfone. Da mesma forma, foi necessário transformar os textos das peças para adicionar narrações ou efeitos sonoros para que o público pudesse acompanhar a ação dramática que só é possível através da audição. A remediação é claramente um processo complexo e contínuo que vai muito além do que Bolter e Grusin sugeriram.

Mas a intermedialidade pós-midiática também surge de outra observação que considero ainda mais importante e que, com meu colega Marcello Vitali-Rosati, tentamos explicar em *Media do not exist*. Simplificando, partimos da ideia de que o que chamamos de mídia é composto por visões estáticas de fenômenos que estão em constante evolução e transformação. Volto ao que mencionei anteriormente. Usamos palavras – teatro, rádio, cinema, romance etc. – que dão a impressão de que aquilo de que falamos é fixo e tem contornos que o distinguem do ambiente de onde emerge e onde atua. No entanto, isso é enganoso. Em Montreal, temos um grande festival de teatro e dança, o Festival Trans-Amériques. Por vezes é difícil saber a que disciplina está ligado este ou aquele espetáculo, o que me leva a dizer que, hoje, certas criações teatrais estão mais próximas da dança moderna do que das obras de Molière ou de Shakespeare. Muitas vezes, no início dos meus cursos, peço aos meus alunos que listem os elementos que, segundo eles, definem o teatro e o distinguem de outras práticas. Ao analisarmos as listas, percebemos que nenhuma dessas características é específica do teatro e que nenhuma delas é essencial ao teatro. Nem mesmo a presença de atores ao vivo no palco.

Não podemos evitar a utilização destes termos nas conversas correntes, mas devemos estar conscientes da sua imprecisão e do fato de que podem induzir em erro e dar precisamente a ideia completamente falsa de que as mídias são isoláveis e claramente identificáveis. Isto é o que queríamos explicar usando a expressão conjunturas “midiáticas”. Não existe mídia, o que chamamos de “mídia” são visões da mente. Existem encadeamentos e interseções de elementos muito díspares que fazem com que, num dado momento, ocorra uma mediação, ou seja, algo em algum lugar se destaca, por um tempo e de uma certa forma, daquilo que o rodeia. Esta distinção é fruto destas conjunturas midiáticas, são estas conjunturas específicas que criam a mediação.

Para resumir e voltar ao cerne da sua questão, há portanto pessoas que concebem a intermedialidade como a abordagem ou teoria das relações entre as mídias, são a grande maioria mas, a meu ver, adotam uma perspectiva limitada dos fenômenos intermediais. Isso é o que chamo de intermedialidade midiática. E há esta outra concepção, mais aberta, de intermedialidade pós-midiática, que abstrai a noção de mídia e se concentra na mediação.

² [Importante ressaltar que o uso do verbo “remediar” tem a ideia de “cura/heal”, conforme proposta de Bolter e Grusin. Entretanto, ele também pode ser entendido como “re-midiar”, mantendo a ideia de repetição em uma outra mídia técnica de exposição (*technical medium of display*), conforme proposta de Elleström.]

Criticando Bolter e Grusin, Alexander Galloway disse “não mídia, mas mediação”. Não seria tão radical, mas é claro para mim que a questão central é a da mediação.

Como a transmidialidade nega a primazia da tecnologia?

Isso está relacionado ao que acabamos de discutir. Os primeiros intermidialistas, incluindo a mim mesmo, foram acusados de tecnofilia ou mesmo de tecnolatria muito simplesmente porque, mais uma vez, os primeiros grandes projetos intermediáticos centraram-se na diferença, na combinação, na rejeição de dispositivos e aparatos. É importante lembrar que as grandes revoluções midiais, elétricas e depois digitais, estão ligadas a descobertas e avanços tecnológicos decisivos. Mas, a partir do momento em que abordamos os fenômenos da mediação em toda a sua complexidade e em todas as suas dimensões, a questão da tecnologia deixa de ser central. Não que desapareça, pois toda mediação envolve suportes e a tecnologia é onipresente, mas a tecnologia já não mais, de imediato, o elemento predominante na mediação. Se entendermos a transmidialidade, como a passagem do que, para simplificar, eu chamaria de “conteúdo” – semântico ou midiático – de uma mídia para outra, pode muito bem ser que a tecnologia desempenhe um papel menor nesta passagem. Tudo depende das formas de mediação envolvidas. Veja o caso do conteúdo semântico, digamos, Branca de Neve. Quase todo mundo entre os francófonos tem ideia do que estou falando, conhece a história e seus personagens. Se eu fizer disso uma história e alguém fizer disso um poema, qual será o papel da tecnologia? Tudo depende das “mídias” mobilizadas. Mas se eu fizer de Branca de Neve um filme de animação ou um videogame, as coisas mudam.

O termo “condição de [para] mediação? Mas “conjuntura de mediação” (mediating conjuncture) indica uma mudança conceitual. Como pesquisadores da intermidialidade, como podemos enfrentar esta mudança de paradigma? (ou seja, abandonar o termo “mídia”?)

Já respondi um pouco à pergunta. Desculpe. Trata-se mais um de um novo paradigma adicionado ao anterior, do que uma mudança de paradigma. Não creio que tenhamos qualquer vantagem nem que possamos abandonar o termo mídia, mas este termo, como disse anteriormente, é perigoso, induz à ideia de uma fixidez, de uma estabilidade, de uma autonomia da mídia, como se fosse um objeto quando é apenas o produto de circunstâncias em constante mudança, limitadas em duração, em perpétuo movimento. Então, sim, vamos usá-lo, mas permaneçamos críticos e vigilantes, tendo em mente que as palavras, que são elas próprias conceitos, têm seus limites.

O que me incomoda mais do que o uso ou não do termo mídia é essa ideia de que a intermidialidade, que nasce e se desenvolve a partir no domínio das ciências humanas, pode prescindir de uma terminologia própria. É difícil ver como a medicina ou a física poderiam ter se desenvolvido se os especialistas não tivessem desenvolvido um léxico completo para identificar e discutir os fenômenos que suspeitavam ou observavam. Sempre fico surpreso ao ver que, mesmo entre os intermidialistas reconhecidos, há uma relutância em usar qualquer coisa que não seja palavras cotidianas ou palavras emprestadas de outros campos teóricos

para lidar com realidades intermidiais. Defendo veementemente a utilização de um vocabulário que esteja na base de todo o pensamento científico e do seu reconhecimento.

No capítulo “Montreal School of Intermediality: Beyond Media Studies” de The Palgrave Handbook of Intermediality, Rémy Besson situa a abordagem dos membros do CRIalt aos estudos sobre intermedialidade. Ele explica que, dado o fenômeno de transmissão de conhecimento e experiência, o termo mídia pode ir além do que Elleström chama de “mídia técnica de exposição”, de modo que a cultura e a memória possam ser consideradas como suportes. Supondo que a mídia não exista, você pode nos contar sobre a relação entre os estudos da intermedialidade, a cultura e a memória?

Concordo plenamente com o que defende Rémy Besson, que se interessa, é preciso notar, pelos fenômenos da memória coletiva e pelo seu tratamento através da utilização fílmica de arquivos (retrabalhados ou não). Para mim, esta questão refere-se àquilo que chamamos de patrimônio cultural imaterial. Deixe-me voltar à definição dada pela UNESCO em 2003.

Por “patrimônio cultural imaterial” entendemos as práticas, representações, expressões, conhecimento e expertise – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais a eles associados – que as comunidades, grupos e, quando apropriado, os indivíduos reconhecem como parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos de acordo com o seu ambiente, a sua interação com a natureza e a sua história, e lhes proporciona um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana.³

Como vemos, se não excluirmos os elementos materiais da definição deste patrimônio – falamos de instrumentos, objetos, artefatos, espaços – eles são secundários. Isso remonta um pouco ao que dissemos anteriormente. No seu sentido amplo, aquilo que corresponde ao que chamo de “intermedialidade pós-midiática”, a intermedialidade trata dos fenômenos de mediação em todos os seus aspectos. Mas no estado atual do nosso conhecimento científico, é difícil imaginar uma mediação que, de uma forma ou de outra, não tivesse um componente material, mesmo que seja, por exemplo, apenas as ondas elétricas ou o corpo humano, se ficarmos dentro do paradigma humano. Não sou especialista em memória, mas todos sabemos que a perda de memória é um fenômeno físico. Então sim, podemos conceber o corpo, ou suas partes, como um suporte midiático. Eu não vejo o problema. Não me lembro se Lars Elleström o considera uma “mídia técnica”, mas seria lógico que o fizesse. É também isto que distingue o pensamento de Elleström daquele de Henry Jenkins, que fala especificamente de “tecnologia de entrega”, por exemplo, a cassete VHS.

Agora, a cultura ou a memória são mídias? Eu hesitaria em dizer isso. Parece-me que a cultura e a memória resultam de fato de fenômenos de mediação e neles participam. É claro que ambas estão ligados a processos de captura, armazenamento, aos quais se somam rejeições, resíduos, esquecimentos, que encontramos em qualquer empreendimento de mediação.

Entre as diferentes abordagens da intermedialidade (Kattenbelt, Rajewsky, Elleström, Wolf, Schröter), o que é considerado o cerne da contribuição do CRIalt para os estudos intermidiáticos é a sociomidiabilidade ou “o ambiente social em que as mídias emergem e onde atuam” (p. 10). Esta abordagem da inter-

³ UNESCO. *Convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel*, 2003. Mis en ligne le : 24 août 2017. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540>. p. 2.

midialidade (Méchoulan e Mariniello), que toma a sociomidialidade como um neologismo, considera essencial a interação das “mídias” na nossa vida quotidiana. Como o neologismo atravessa todos os períodos, da pré-midiático à pós-midiático? Você poderia nos dar uma breve visão geral?

Desde o início, na década de 1990, antes das redes sociais, parecia-nos óbvio que não podíamos dissociar as “mídias” do seu meio, do ecossistema de onde elas provêm e sobre o qual elas agem. Isto inclui o não humano, claro (incluindo a matéria, as tecnologias), mas também os agentes humanos que utilizam essas mídias. A ideia não era nova, num livro genial publicado em 1988 mas que passou um pouco despercebido, *When Old Technologies Were New*, Carolyn Marvin mostrava como as mídias criam novas formas de classes sociológicas e como estas, por sua vez, transformam as mídias e por vezes, até mesmo as leis e se transformam. É notável. Ela dá o exemplo do telefone no século XIX e enfatiza este aspecto óbvio que não é suficientemente percebido: uma mídia tem sempre como alvo o maior número de pessoas, o que se dá pela expressão *Not Too Far Access*. No início, a mídia é um assunto de elite, depois se generaliza. Vamos pensar no celular.

A sociomidialidade continua pouco desenvolvida em nível teórico, mas é claro que todos os debates que temos neste momento sobre Inteligência Artificial ou em certas redes sociais, sobre informação contínua na televisão etc. se relacionam com a sociomidialidade.

Qual é o rumo atual da sua pesquisa em estudos da intermidialidade?

Trabalho em três aspectos complementares. Primeiro, o desenvolvimento de uma terminologia intermidial. Devemos nomear as coisas precisamente, desenvolvendo nosso próprio vocabulário. Penso em termos como “pré-mídiação”, “desmídiação”, “sobremídiação”, “resistência midiática”, que permitem especificar diversas modalidades de remediação.⁴ Ou, mais amplamente, termos como hipermidialidade ou plurimidialidade que nos ajudam a distinguir fenômenos de mediação vizinhos, como aqueles que observamos no teatro (hipermídia) e no cinema (plurimídia) etc.

O outro aspecto que trabalho é a relação entre mediação e verdade. É extremamente complexo. Falamos muito de pós-verdade, *fake news*, desinformação ou má informação que associamos a uma lógica de engano. Mas não é tão simples. Umberto Eco escreveu um livro com muitas nuances sobre o que é falso e como reconhecê-lo. A intencionalidade nem sempre é um fator ativo no engano. Tenho a intuição de que abordar estas questões do ponto de vista da mediação – e das conjunturas mediadoras (que produzem a mediação) nos permite ver as coisas com mais nuances, com precisão, e compreender que estes fenômenos não são próprios da época contemporânea ou das capacidades da tecnologia. Estou realizando este trabalho com alguns colegas do grupo ARCANES.

O terceiro aspecto sobre o qual trabalho, mas tudo está interligado, é o lugar ocupado pelo não humano nos fenômenos de mediação numa ideia do que deriva de “novos materialismos” e que reconhece na matéria uma combinação que lhe é própria, que é muitas vezes ignorada, embora desempenhe um papel ativo em toda mediação. Acabamos de publicar um livro sobre o tema, *Théâtre et nouveaux matérialismes*, e pretendo aprofundar a reflexão.

Tradução: Luciene Guimarães de Oliveira

⁴ N. do T.: No original em francês: « comme prémédiation, démédiation, surmédiation, résistance médiatique qui permettent de préciser des modalités variées de remédiation. »

Referência

LARRUE, Jean-Marc; VITALI-ROSATI, Marcello. *Media do Not Exist: Performativity and Mediating Conjectures*. Amsterdam: Institut of Network Cultures, 2019. 114 p.